SINDILEX

Fique por Dentro

20 de outubro de 2022 | Edição Especial

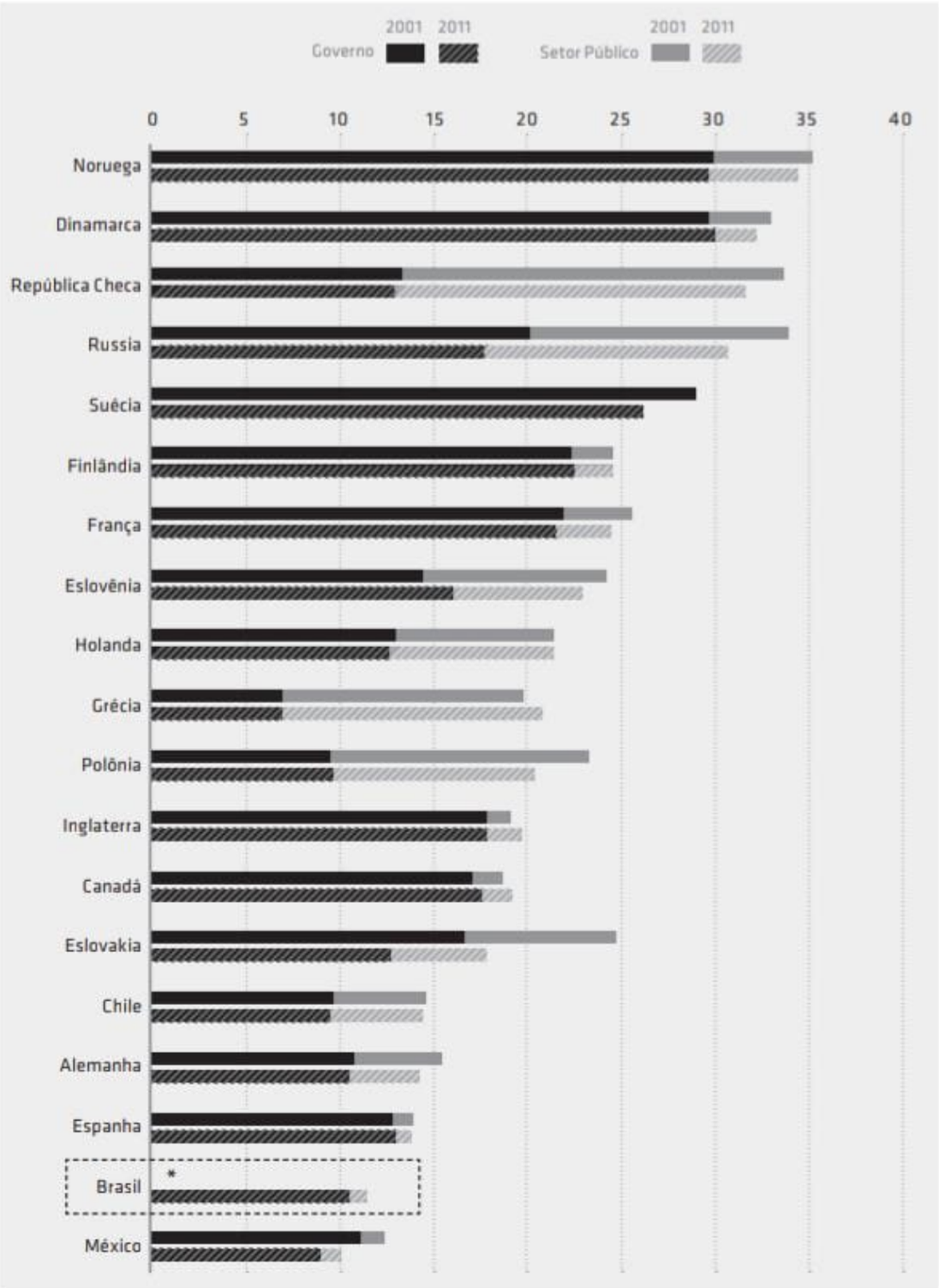
PEC 32: A QUEM SERVE

A Reforma Administrativa (PEC-32) volta a ameaçar o serviço público e o servidor. Os argumentos utilizados pelo governo e parlamentares de apoio é de que o serviço público é dispendioso e de baixa qualidade. No entanto, não há fundamentação que sustente tais afirmações a não ser a narrativa do senso comum. Aliás, a justificativa da PEC 32 cita as razões do senso comum para amparar o conteúdo do projeto. Integra a redação da justificativa: **"Apesar de contar com uma força de trabalho profissional e altamente qualificada, a percepção do cidadão, corroborada por indicadores diversos, é a de que o Estado custa muito, mas entrega pouco".** E ainda: ***"É necessário evitar um duplo colapso: na prestação de serviços e no orçamento público"***.

Constata-se que o governo reconhece a alta qualificação profissional dos servidores, mas segue em seu projeto de desmonte do Estado, dos serviços públicos e dos servidores.

Quanto ao custo do Estado, importante ressaltar que comparado a outros países, o número de servidores no Brasil é bastante baixo. Veja tabela a seguir:

Gráfico 2 | Força de trabalho empregada no setor público (%)



Fonte: EUROSTAT, OCDE * Dado não disponível

O propósito da Reforma Administrativa é, na verdade, o de atender aos interesses privados que anseiam entrar nesse espaço da oferta de serviços privados onde hoje é público.

Tal tendência vem desde a contratação de terceiros, a chamada terceirização de diversas áreas meio, mas também nas áreas fins, como as OSs (Organizações Sociais) na área da saúde.

Contudo, a voracidade pelo desmanche do Estado tem alcançado o seu pico desde 2016, após assumir o governo o vice-presidente Temer. É disso que se trata a Emenda 95/2016, a chamada emenda do Teto de Gastos, que atinge em cheio os serviços públicos sobretudo nas áreas da saúde e educação com represamento profundo de gastos, mas que não estabelece limites para o pagamento da dívida pública. Vale dizer, que os credores da dívida pública foram favorecidos e a iniciativa privada será ainda mais favorecida caso a PEC 32 seja aprovada.

Por Miguel Lima – Vice-Presidente do Sindilex

O seu voto tem impacto na sua qualidade de vida

O orçamento público é composto, em sua maior parte, pelos tributos pagos pela população. É baseado em uma estimativa de receitas e alocação de despesas que governo de plantão define onde e como aplicar (em quais áreas, montante de recursos, etc.). A peça orçamentária é elaborada pelo Poder Executivo e entregue ao Poder Legislativo para aprovação do que chamamos de Lei Orçamentária Anual.

Esse é o trâmite usual em qualquer democracia, em qualquer república e tem sido assim no Brasil há muitos anos. Mas o governo atual inaugurou a inversão dessa lógica, tirando a autonomia e a autoridade sobre a elaboração do orçamento e as tem repassado ao Congresso Nacional de forma inconstitucional, promovendo a invasão de poderes e facilitando a corrupção, o fisiologismo e a total falta de transparência. É o chamado Orçamento Secreto.

Para além disso, o governo, a fim de facilitar as emendas do Orçamento Secreto nas mãos dos parlamentares, tem promovido cortes profundos em áreas sociais essenciais à vida de milhões de brasileiros. Os cortes são nas áreas da saúde, educação, ciência e tecnologia, habitação, entre outras. O resultado é uma precarização ainda maior dos serviços públicos nessas áreas já tão castigadas pelos limites estabelecidos pela Emenda do Teto de Gastos, a EC 95/2016.

Tais cortes jogam o país ladeira abaixo no ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), do índice de Gini e todas as medições que captam o aumento do fosso da desigualdade social no Brasil

Em vez de nos depararmos com a construção de uma nação com equilíbrio econômico e social, assistimos ao aumento dos benefícios e privilégios de uma minoria que se situa no topo da pirâmide social.

Para se ter noção dos níveis de cortes orçamentários nas áreas sociais o governo federal cortou¸ no exercício financeiro de 2021, 92% das verbas destinadas à ciência e tecnologia, conforme reportagem publicada no sítio da Câmara dos Deputados em outubro de 2021. (i)

Cortes como esses são perigosos e travam o progresso do país. Inexiste nação que consiga se desenvolver sem investimentos em ciência e tecnologia.

A área de pesquisa, alvo de ataques constantes por parte do governo federal, no exercício de 2022, sofreu um corte de R$ 2,5 bilhões retirados do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico (FNDCT), instituído a partir do recolhimento de encargos e tributos destinados ao fomento à pesquisa científica e tecnológica. Com tamanho descaso com o desenvolvimento tecnológico do Brasil, o orçamento do FNDCT de R$ 4,5 bilhões foi reduzido pela metade.

Os cortes nas áreas de fomento à pesquisa científica e tecnológica chegam a R$ 83 bilhões de 2014 até 2021, podendo chegar até R$ 98,8 bilhões em 2022 (veja gráfico abaixo). O Brasil, com essa redução das verbas, joga a ciência e tecnologia no nível muito abaixo da média mundial. (i)

Na saúde, o governo federal cortou cerca de R$ 19,4 bilhões dos recursos do programa de prevenção ao câncer. (i)
Houve corte também no programa de remédios gratuitos para a população mais carente. Tal corte chegou a 59% para o Programa Farmácia Popular para 2023. O programa já vem sentindo a falta de muitos medicamentos. (ii)

No gráfico seguinte, temos uma visão macro das prioridades do governo Bolsonaro no exercício financeiro de 2021. Conforme a entidade Auditoria Cidadã da Dívida, 0,1202% do orçamento federal foi investido em ciência e tecnologia, 2,74% em educação e 0,27% em segurança púbica. Isso já seria ruim o bastante se além disso os credores financeiros da dívida pública não tivessem sido beneficiados com 50,78% da fatia do Orçamento, ou seja, pouco mais da metade do orçamento federal foi destinado às instituições financeiras.

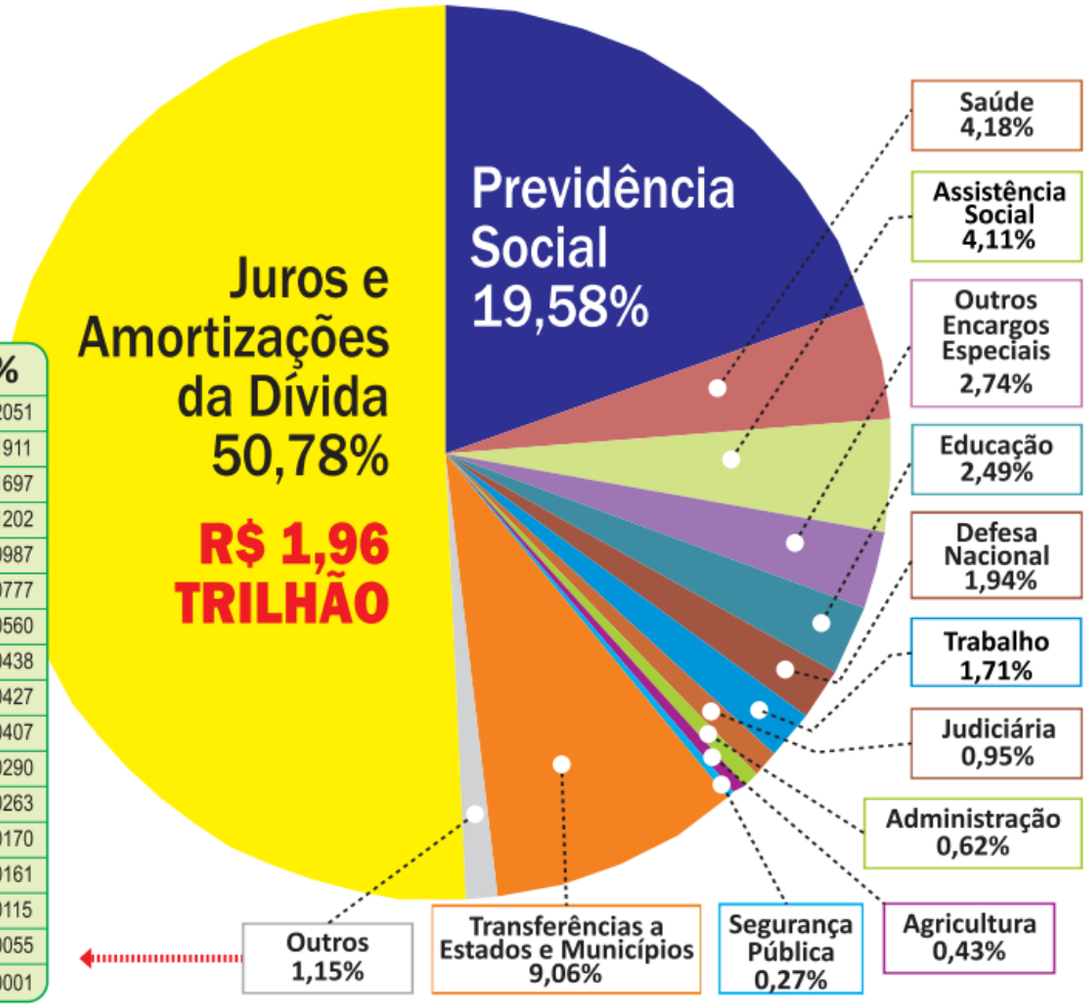
Como, então, esse governo pode se auto proclamar defensor da população quando aplica apenas 0,27% de seu orçamento em segurança pública e demais míseros montantes em educação e saúde? Como pode fornecer alimentos baratos à população se investe apenas 0,43% na Agricultura?

Esses dados nos mostram que o governo Bolsonaro não está interessado em promover melhorias para população, pelo contrário, é mais voltado aos interesses da elite econômica brasileira enquanto coloca a imensa maioria do povo pobre alheio à educação, à segurança pública, à saúde, à habitação, ao saneamento básico.

Bolsonaro não governa para todos. Bolsonaro governa para as elites econômicas. E é importante salientar que elite não é quem ganha R$ 5 mil por mês, nem quem ganha R$ 10 mil ou R$ 30 mil por mês. Elite é quem lucra milhões, é quem é dona dos meios de produção e de reprodução financeira, são os donos do dinheiro, os credores da gigantesca dívida que não tem contrapartida para a sociedade. As instituições financeiras são aquelas que em 2021 receberam R$1,2 trilhão do orçamento federal no início da pandemia, em março de 2020 e empoçaram esse dinheiro. (iii)

Temos um governo que não cuida do seu povo e nem prepara o país para os desafios do futuro. Veja no gráfico abaixo como o governo federal executou o orçamento em 2021.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2021 = R$ 3,861 Trilhões



OUTROS	%
Essencial à Justiça	0,2051
Legislativa	0,1911
Transporte	0,1697
Ciência e Tecnologia	0,1202
Relações Exteriores	0,0987
Gestão Ambiental	0,0777
Comunicações	0,0560
Comércio e Serviços	0,0438
Energia	0,0427
Indústria	0,0407
Urbanismo	0,0290
Organização Agrária	0,0263
Direitos da Cidadania	0,0170
Cultura	0,0161
Saneamento	0,0115
Desporto e Lazer	0,0055
Habitação	0,0001

Fonte: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06
Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 2/2/2022. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta por gastos com cumprimento de Sentenças Judiciais e outros gastos).

(i)https://www.camara.leg.br/noticias/815978-ministro-reitera-que-foi-pego-de-surpresa-com-corte-de-92-das-verbas-para-ciencia-e-tecnologia/

(ii)https://www.extraclasse.org.br/educacao/2022/06/cortes-de-verbas-para-pesquisas-superam-r-80-bilhoes-em-sete-anos/

(iii)https://www.bahianoticias.com.br/saude/noticia/29754-corte-de-r-194-bi-pode-gerar-desassistencia-a-pacientes-oncologicos-diz-sesab.html)

(iv)https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/09/15/governo-corta-verbas-de-programas-sociais-como-farmacia-popular-e-casa-verde-e-amarela.ghtml

(v) https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/428/noticia

EVENTOS SINDILEX

O Sindilex irá realizar uma palestra com Mesa de Debates online sobre a **PEC 32, no dia 25 de outubro, 19 horas com a ilustre palestra de Vladimir Nepomuceno**.

VLADIMIR NEPOMUCENO é assessor parlamentar e consultor de entidades sindicais. É sócio-diretor da Insight Soluções e Assessoria. Servidor público federal aposentado, foi dirigente sindical, diretor do DIEESE/DF e do DIAP. Foi Diretor de Relações do Trabalho no Ministério do Planejamento, onde compôs a equipe de negociação com entidades de servidores.

Com o nome de **"O papel do servidor na defesa do Estado – Na pauta: Reforma Administrativa e eleições"**, o evento contará, ainda, com uma Mesa de Debates composta por José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor, Amauri Perusso, Presidente da Fenastc, Daniel Santos, Presidente do Sindilex. e João Gabriel, Presidente do Sindsep.

ASSISTA AQUI

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais.